

Breves relatos da dor comum: enunciação e visibilidade de vítimas em redes sociais¹

Angie Biondi

Universidade de Tuiuti do Paraná (UTP). Curitiba. PR. Brasil
Contato com a autora: angiebiondina@gmail.com

Resumo: Nos interessa investigar as mudanças qualitativas que ocorrem no estatuto da vítima e na forma de enunciação de suas dores através de relatos-postagens compartilhados em rede. Erigindo uma posição legítima de fala, anônimos assumem a autoria qualificada das mazelas de suas vidas reais. Relatos de doenças, autorretratos em acidentes e crimes se proliferam nas redes sociais. Certa força mobilizadora, tão afetiva quanto real, se constitui a partir da conjunção com dispositivos de comunicação instantânea que compartilham e conectam em torno de certas vivências, antes tão intoleráveis quanto invisíveis.

Palavras-chave: Narrativas autobiográficas. Vítima. Visibilidade. Redes sociais

Abstract: Brief accounts of one's pain: the victims' enunciation and visibility in social media. One's interest is to investigate the qualitative changes that occur in the victim's statute and in the mode to enunciate their pain through posts shared in social media. The qualified authorship of the misfortunes of one's real living is anonymously assumed by some who adopt a legitimate speech. Reports about diseases, self-portraits in accidents and crimes proliferate in the social media. A certain driving force – as affective as real – is constituted from the conjunction with instant communication devices that both share and connect around certain experiences, formerly as intolerable as invisible.

Keywords: Autobiographical narratives. Victim. Visibility. Social media.

¹ Esta pesquisa tem financiamento do CNPq.



1 Introdução

Este texto procura problematizar certa passagem observada nos modos de enunciação da dor, a partir do lugar da vítima, atentando para sua inscrição nas materialidades linguageiras veiculadas cotidianamente pelas redes sociais. Se a abordagem jornalística acerca da dor do outro sempre esteve atrelada às pautas dos eventos de larga escala como catástrofes, acidentes, epidemias ou guerras, nas redes sociais tais ancoragens ocorrem em direção contrária à dimensão ampliada destas mazelas coletivas.

Ao repertório de protesto e denúncia como instrumentos privilegiados da visibilidade social, desde o período moderno, prevalecem agora novos apelos postos diretamente à cada sujeito social conectado. Ambas, porém, são formas produtoras e instituintes de uma subjetividade específica que confere um estatuto peculiar à vítima e modula as formas de suas interações. Deste modo, temos observado que uma profusão de causas individuais, cada vez mais, vem se amontoar nas conhecidas redes sociais como *Facebook*, *Instagram*, *blogs* e *fotologs* que, não raro, são multiplicadas pelos meios de comunicação tradicionais. São causas que se declaram legítimas e justificáveis em tempos de uma precária e insuficiente participação do Estado e que se orientam à ação direta aos sofrendores. Para isso tem sido comum particularizar os sofrimentos, lhe atribuir um rosto e uma consistência individual, enfim, embasar, na própria experiência de vida, a dor que lhe consome cotidianamente.

Assim, um modo peculiar de vítima se mostra aninhada nestes breves gestos enunciativos que pululam nas redes sociais e que, por mais que se diferenciem, em boa medida, dos discursos jornalístico, religioso ou político-partidário por se declararem autênticos e legítimos podem ainda articulá-los criativamente a fim de convocar formas de adesão a suas histórias e causas que passam por variados campos de afinidade e interações afetivas. Nos interessa investigar essas possíveis mudanças qualitativas que ocorrem, tanto no estatuto da vítima quanto na forma de enunciação de suas dores, através destes microrrelatos compartilhados pelas redes sociais hoje.

Nesse contexto, busca-se examinar ainda como estes breves relatos que pressupõem certa genuinidade, pois fundamentados em um valor de verdade do sujeito que sofre e enuncia sua própria experiência da dor, manejam uma dimensão subjetiva da vítima sob um revestimento afetivo que, muitas vezes, é apropriado por estratégias de um capitalismo



Angie Biondi

flexível que tem investido em engajamentos e interações moduladas em rede (BOLTANSKI, CHIAPPELO, 2013). Acreditamos que esta reflexão soma aos esforços de uma compreensão crítica das formas com as quais a sociedade lida com a dor do outro e como tem se servido destas ferramentas de produção e compartilhamento instantâneo que integram formas de enunciação e visibilidade contemporâneas.

2 A vítima nos deslocamentos de uma enunciação

Ao se apropriarem destes recursos tecnológicos, já bastante naturalizados no dia-a-dia, cada sujeito é tão responsável quanto autônomo pela apresentação de suas vivências ordinárias. Quanto mais pessoas visualizarem, curtirem, comentarem e compartilharem certa ocorrência postada, maior parece ser a força mobilizadora e afirmativa do fato, que potencialmente adquire o estatuto de uma causa.

Desse modo, uma diversidade de situações prosaicas é exibida de modo a constituir uma espécie de cartografia das trajetórias individuais onde é possível observar as diferentes explorações temáticas que sustentam e renovam o interesse pelas vidas e sofrimentos reais. Daí encontramos, lado a lado, desde as baladas do fim de semana, os passeios turísticos até o acidente de carro sofrido em que a condutora, toda ensanguentada, posta, em sua página do *Facebook*, várias *selfies*, ainda dentro do veículo pedindo socorro; ou a mãe que cuida do seu bebê com uma síndrome rara e posta, a cada dia, o doloroso tratamento e evolução da criança. Em boa medida, trata-se dos usos confessionais da internet, que parecem se enquadrar como manifestações renovadas dos velhos gêneros autobiográficos (SIBILIA, 2008, p. 31).

O sujeito comum encontrou, nas redes sociais, um espaço propício para declarar a verdade de suas dores bem como para agregar, em torno de si, um conjunto de seguidores e fazer de sua luta, muitas vezes, uma causa legítima a se engajar, aderir, compartilhar, enfim, se solidarizar de algum modo. Nas circunstâncias em que o sofrimento é o mote principal da exposição, os sujeitos partilham do mesmo espaço de visibilidade, e também de construção de narrativas sobre a própria vida, onde a voz principal é a da vítima, pois é ela quem encarna a legítima instância moral e política de suas dores.

Sem qualquer outro mediador instituído e erigindo para si a posição legítima do sujeito de fala, anônimos de todas as partes do mundo assumem a autoria qualificada das diversas



Breves relatos da dor comum: enunciação e visibilidade de vítimas em redes sociais

mazelas de suas vidas reais. Nessa composição de vozes anônimas e legítimas, pelo menos dois aspectos se destacam: a) o modo como se apresentam estes sujeitos que ocupam a posição consciente e qualificada de vítima; b) a forma que modula a exposição desta vitimização, agora criada na lógica do conexionismo, ou seja, feita para conectar e compartilhar.

Quais significados adquire, então, a vítima, dentro deste contexto? Tem-se aqui uma construção de fala do sujeito que, consciente de seu lugar e da projeção que pode alcançar, se põe como agente qualificado das dores reais e legítimas, isto é, como autêntico portador de uma experiência originária capaz de mostrar a verdade das coisas que merece ser compartilhada.

“A construção da pessoa como vítima no mundo contemporâneo é pensada como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade” (SARTI, 2011, p. 54). Neste contexto, compartilhar se torna uma ação complementar e extensiva à situação de dor em que se encontra o sujeito que vive e narra ao mesmo tempo.

Vale ressaltar que identificar a vítima e qualifica-la, inclusive, juridicamente, no âmbito de uma democracia política sempre fez parte dos anseios da sociedade ocidental moderna (SARTI, 2011) que esboçava sistemas de regulação e responsabilização social pelo sofrimento das populações. O estatuto da vítima se delineou, neste processo, segundo Sarti (2011), sobretudo, viabilizado pela necessidade de reconhecimento de alguns dos maiores episódios históricos de violência global como o holocausto nazista e as ditaduras militares.

A vítima é investida por um sistema político e normativo criado como critério social que fundamenta uma condição de notória vulnerabilidade do sujeito. Se tornar uma vítima é, portanto, uma operação de visibilidade em que o reconhecimento se institui normativamente. Até então, não cabia ao sujeito se intitular vulnerável e assim se declarar na posição de vítima, mas receber e acatar uma qualificação que lhe é normativamente e institucionalmente atribuída. Assim, os discursos que se produziram em torno da vítima se proliferaram de tal modo a conceder-lhe um *status* de categoria social que se universaliza (LARUELLE, 2015).

Outros acessos à vítima se propõem ao longo do tempo, por exemplo, como uma categoria diagnóstica que se constitui um suporte para o tratamento na área da saúde mental.



Angie Biondi

De todo modo, o entendimento da vítima perpassa um contexto para seu necessário reconhecimento e posterior designação.

Sem uma proposição determinada, mas no intuito de estabelecer um aspecto comparativo e diferenciado deste estatuto da vítima moderna como vimos explicado, nos casos dos exemplares que observamos, preliminarmente, nesta pesquisa, o movimento que se insinua é justamente contrário. A vítima é que se autodeclara, se enuncia, para instituir, a partir de si, uma legitimidade sobre sua condição de vulnerabilidade.

Não observamos, até então, um aspecto externo de atribuição normativa como critério definidor de sua condição de vítima, mas uma força declarativa própria que maneja um estatuto que lhe é pressuposto com base na vivência anunciada das circunstâncias de dor e sofrimento que são compartilhados em público. Se no período moderno o sujeito é aquele nomeado vítima, atualmente, ele não parece considerar válida uma designação institucional prévia, posto que a experiência *in loco* se sustenta como critério de base para a enunciação (e exibição) de sua condição. Em boa medida, podemos considerar que uma nova gramática moral, então, começa a se apresentar a partir desta autodeclaração de natureza ilocutória (SEARLE, 1987).

3 Sobre breves relatos de vítimas no *Facebook*: pistas para uma compreensão dos gestos

Em um dos casos que observamos nesta pesquisa temos o exemplo da história de um bebê com uma síndrome rara que, em pouco tempo, ganha notoriedade nas redes sociais, a partir das postagens no *Facebook*.

Em junho de 2014, a campanha Amigos do Pedrinho, criada nas redes sociais pela mãe do bebê, Aline Bagarão, no dia 16 de maio, divulgou que uma arrecadação em dinheiro, em pouco mais de um mês, já tinha atingido o valor de R\$ 964 mil. Ainda era preciso chegar ao montante de R\$2 milhões para realizar, nos Estados Unidos, o transplante de intestino que salvaria a vida do garoto, que nasceu com uma síndrome rara no órgão.

A página criada para a campanha, até então, já contava com 124 mil compartilhamentos. Além disso, celebridades e famosos se engajaram e também replicaram e curtiram a página. Em Marília, cidade natal do garoto, outras ações se somaram ao esforço familiar de arrecadar fundos e divulgar a causa. Um pedágio foi realizado pelos moradores em



Breves relatos da dor comum: enunciação e visibilidade de vítimas em redes sociais

uma das principais vias da cidade e, em pouco mais de três horas, obteve R\$ 7 mil. O valor arrecadado foi entregue aos pais de Pedrinho.

A iniciativa da mãe de Pedrinho prosseguiu e ganhou mais adeptos ao longo do ano. Outras ações foram promovidas a fim de arrecadar o montante necessário para o transplante do garoto. Rifas, bazar, material promocional com o *slogan* “I love Pedro” foram comercializados, foi publicado um livro intitulado “Biografia em branco do Pedrinho” e também um *site* “Amigos do Pedrinho”, para auxiliar na divulgação da campanha e fornecer informações dos dados bancários para doações. Entretanto, sua página no *Facebook*, “Ajude o Pedrinho a continuar sorrindo”, até o momento desta escrita, com 337.572 curtidas, que antes funcionava como um diário exclusivo do dia-a-dia do Pedrinho, ganhou uma proporção maior com a divulgação de outros casos de crianças com síndromes e doenças raras que precisam de tratamento e cirurgias especiais. Em 16 de dezembro de 2014, Ajude o Pedrinho... se aliou a outras páginas semelhantes e formaram a comunidade Clique da Esperança.

Além do Pedrinho, Davi Miguel, Ana Júlia, Sofia, Yasmim, Nicolly, Flávia, Nicolas e outras tantas crianças se juntam, todos os dias, à comunidade, com suas páginas do *Facebook* e, em geral, através dos seus pais, divulgam sua rotina de tratamento doloroso, mas também de esperança e luta. É comum encontrar nas páginas diárias os detalhes dos sintomas, o uso de novas medicações, o dia de exames, as recaídas e também os momentos de superação, as brincadeiras, os presentes, cartinhas e mensagens de amigos, parentes e desconhecidos que chegam, solidários, aos seus leitos.

Na história de vida do Pedrinho, em 13 de novembro de 2014, ele chegou a Miami e, a partir daí, seus relatos foram intensificados no intuito de prestar explicações sobre cada momento do tratamento pré-operatório do garoto. A resposta dos seguidores é imediata. A cada registro ou pequena descrição do seu dia, milhares de curtidas e compartilhamentos são realizados.

As fotografias e vídeos onde ele aparece tomando sopinha, dormindo, mas também com febre, sedado, entre tantas situações do seu sofrimento, são sempre descritas como etapas a serem vencidas, batalhas a serem conquistadas e fraquezas a serem superadas com a ajuda e oração das pessoas que acompanham sua história diária. A mãe Aline, também a narradora,



Angie Biondi

descreve o dia-a-dia de Pedrinho sempre agradecendo e convidando a refletir sobre o papel de importância em se manter próximos e solidários de algum modo.

“Nosso príncipe”, “nosso guerreiro”, “nosso menino”, como frequentemente se refere a mãe do garoto, invoca a união e solidariedade dos seguidores – a esta altura, já participantes, inscritos na história - junto às descrições acompanhadas com fotos e vídeos do tratamento e do transcorrer do dia. Suas mensagens são deixadas como demonstrações de uma manutenção deste espírito coletivo; “nosso” – é um indicador linguístico de pertencimento comum e, através dele, Aline, muitas vezes, assume o lugar de fala do próprio Pedrinho. É comum despedir-se “com fé”, “paz no coração”, beijinhos do Pedrinho”, “obrigada, Pedrinho”. Não raro, a mãe alterna os papéis e, ao mesmo tempo em que assume a identidade da narradora e companheira fiel, também descreve sensações e desejos como se fosse o próprio garoto em votos de agradecimento e união.

A escrita adquire um tom de conversação oral, mais fluida e com menos preocupação formal ou estilística, pois escreve como se falasse diretamente a alguém. Há uma relação complexa e dinâmica entre o si e o outro esboçada aqui. Os relatos oscilam entre a prática do registro que solicita a convocação do outro para ver e compartilhar a dor que se vive, mas também sublinham a reivindicação moral colocada pela partilha do sofrimento de quem interpela e pede ajuda ao outro. Parece haver um desejo quase incontrolável de quem quer contar, ao outro, o que se sente, no intuito de tornar o outro não um mero espectador ou seguidor, mas um efetivo participante da história.

Vale destacar que a escrita que se esboça nestas pequenas autobiografias² da dor cotidiana partilhadas em rede nem sempre é retrospectiva, em prosa, mas ocorre no calor da

² Utilizamos a expressão “relato biográfico”, em uma dimensão mais ampla e geral que sua conceituação canônica, apenas para indicar a natureza destas novas formas narrativas acerca dos contínuos registros das vidas individuais que comparecem nas redes sociais. Não precisamos as diferenças classificatórias entre biografias, testemunhos, diários, ensaios ou outras formas de registros íntimos, mas nos atemos ao caráter mais geral destas formas de escritas de si que contemplam a vivência cotidiana dos próprios sujeitos. Porém, uma designação conforme proposta por Leonor Arfuch (2010) nos parece importante e suficiente para nominar o material empírico com o qual lidamos, pois privilegia a centralidade do sujeito; a singularidade. Segundo ela, “a simples menção do biográfico remete, em primeira instância, a um universo de gêneros discursivos consagrados que tentam apreender a qualidade evanescente da vida opondo, à repetição cansativa dos dias, aos desfalecimentos da memória, o registro minucioso do acontecer, o relato das vicissitudes ou a nota fulgurante da vivência, capaz de iluminar o instante e a totalidade. Biografias, autobiografias, confissões, memórias, diários íntimos, correspondências dão conta, há pouco mais de dois séculos, dessa obsessão por deixar impressões, rastros, inscrições, dessa ênfase na singularidade, que é ao mesmo tempo busca de transcendência” (ARFUCH, 2010, p. 15).



Breves relatos da dor comum: enunciação e visibilidade de vítimas em redes sociais

hora, instantaneamente, no momento mesmo do acontecimento. Aliás, o sentido do compartilhamento parece ter maior legitimidade (e ser mais valorizado) se for postado no momento em que ocorre. Se estabelece uma espécie de compromisso tácito entre o sujeito narrador e seus seguidores.

A observação acerca das formas autobiográficas, de narrativas do eu ou escritas de si, não constitui uma novidade às investigações em torno do sujeito que narra, nem mesmo em torno dos estudos dos gêneros narrativos e literários, embora em muito nos forneça um manancial de discussões fundamentais sobre seus aspectos. Porém, o que traz essas breves formas narrativas ao centro das discussões hoje é a inegável existência de certa força mobilizadora – tão afetiva quanto real, que se constitui a partir da conjunção das narrativas pessoais com os dispositivos tecnológicos de comunicação instantânea que produzem, armazenam, compartilham e conectam em torno de certas situações vivenciadas, antes tão intoleráveis quanto invisíveis no espaço público. Advêm desta articulação as variações e deslocamentos significativos dos agentes imiscuídos no processo narrativo que mobiliza, simultaneamente, as instâncias da enunciação, visibilidade, e também da mediação, em um arranjo íntimo e peculiar.

A vítima/narrador/sofredor, não se investe como personagem, mas como sujeito real e autêntico que não mascara ou elabora uma narrativa de si, mas se apresenta como é em sua vida real, em situações reais de sofrimento. Há um valor diferenciado que entra em jogo neste processo, e não é aquele da performance, entendida como uma forma de elaboração de uma *mis-en-scène*, mas de uma apresentação direta, imediata e instantânea de uma vida sem filtro. Ao mesmo tempo, esta suposta apresentação direta da “vida como ela é” reforça a noção de participação dos seguidores em cada história de vida pessoal a que se juntam ou causa a que aderem, mesmo fugazmente.

Ao insistir neste caráter íntimo que configuram as escritas de si não partimos do pressuposto de que haja um mascaramento do sujeito determinado pelos “repertórios banalizados que circulam midiaticamente” (JAGUARIBE, 2006, p. 111) e que viriam envolver os sujeitos em uma espécie de modelo identitário e generalizado que classifica seus relatos. Antes pretende-se investigar em que medida tais práticas em torno da promoção da auto-imagem deixam, talvez, entrever vestígios de uma experiência não absolutizada (nem



Angie Biondi

normatizada) pelas variáveis midiáticas quando se tratam de situações limites da dor vivenciada, pois o que comparece é muito mais a condição vulnerável e precária da vida que se vive (e se apresenta) sem mediadores ou outras intervenções. As escritas de si, estes pequenos relatos íntimos disseminados em redes, mesmo breves, se qualificam pelo teor testemunhal que apresentam. Tomar um testemunho significa, sobretudo, indicar uma dimensão de confiança mútua, de cumplicidade entre os sujeitos envolvidos na situação narrativa.

Naquilo em que os próprios sujeitos se expõem, sabemos, existe uma exploração ainda contínua em diversos formatos, não apenas nas redes sociais. Este contexto, já bem amplamente explorado pelo formato dos *reality shows*, para além de conformar a impressão de que cada um acompanha a vida dos sujeitos, onde se expõem naturalmente, intensifica o caráter afetivo necessário entre aquele que vê e aquele que sofre.

Se a individualidade privada assumiu, nas redes, um lugar de destaque, não foi pela construção de um personagem como recurso central e distante dado pelas narrativas típicas de um herói, nem pela maestria artístico-literária dos seus escritores narradores, mas pela contínua apresentação dos sofrimentos cotidianos que os expõem em suas fragilidades, opacidades, lacunas, silenciamentos, fraquezas, dúvidas, hesitações e mesmo pelos interstícios que compõem as precárias escritas de si circunstanciadas pela dor e que movimentam as intensidades dos laços afetivos que promovem com aqueles que os seguem, compartilham e curtem.

É sinal dos tempos, entretanto, que enquanto o século XIX foi prodigioso em biografias e autobiografias de personagens notáveis, o século XX alargou, consideravelmente, a galeria de personagens passíveis de ingressarem no âmbito do espaço biográfico e diversificou o gênero canônico da autobiografia exemplar numa pluralidade de relatos íntimos, confessionais e revelatórios (JAGUARIBE, 2006, p. 115).

Percebemos que aqui há uma série de deslocamentos e reformulações que tanto colocam em xeque a caracterização dos agentes da situação narrativa (deslocados do modelo dual sofredor-espectador, objeto-sujeito) quanto trazem à tona um conjunto de desdobramentos e implicações estéticas, morais e políticas que reformulam os quadros da sociabilidade e subjetividade atuais das vítimas e de como as conhecíamos, outrora



Breves relatos da dor comum: enunciação e visibilidade de vítimas em redes sociais

enquadradas e classificadas pelo jornalismo, pelo discurso religioso ou mesmo político partidário. A vocação documentária de todos estes escritos de si, em seus micro diários e relatos-postagens nas redes, agencia, antes de tudo, um valor de mobilização, pois atua nas intensidades afetivas e nos laços empáticos que potencialmente articula.

4 Visibilidade e enunciação: pactos para refletir a dor comum

Neste contexto, cabe sublinhar que a denúncia não é mais a única exigência do sofrimento. Em uma breve retrospectiva, segundo Boltanski e Chiapello (2013), desde meados de 1980, houve um recrudescimento da miséria mundial causado pelo intenso desenvolvimento unilateral de algumas sociedades. Entretanto, este mesmo período apresentou um processo de desqualificação e descrédito das instâncias críticas que haviam predominado nas duas décadas anteriores.

Diante desta fragilidade e da ausência de uma teoria argumentativa que possibilitasse fundamentar a revolta na razão, a preocupação social e os movimentos de militância política (decepcionados com a ineficácia das organizações sindicais e as manobras políticas das instituições) que a acompanharam passaram a adotar a forma da ação humanitária criando novas formas de associações (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2013, p. 357). Em boa medida, este movimento significou uma atualização das ações humanitárias em sua proposta de engajamento e ajuda direta às vítimas prescindindo de uma cadeia de intermediários e representantes.

É curioso notar que a ação humanitária obtinha, até então, uma posição menos prestigiada por uma crítica que a considerava apolítica. Isso porquê seu trabalho, em geral, de caridade religiosa ou de cunho assistencialista foi logo taxada de complacente ou hipócrita. Até então, no campo da concepção política, a ação tida como válida era a revolta popular e a denúncia era considerada o meio legítimo para o reconhecimento das diversas mazelas e causas sociais. Porém, mesmo tendo recebido certa atenção e conseguido uma classificação menos duvidosa junto à sociedade a ação humanitária não foi suficiente para mitigar a miséria crescente.



Angie Biondi

Novos movimentos sociais e agrupamentos de classe surgiram, mas o humanitarismo já havia se firmado como uma forma plausível (senão legítima) de prática política, mesmo com seus projetos às causas pontuais e de alcance limitados. Para Boltanski e Chiapello (2013), o “novo espírito do capitalismo” ao invés de buscar a normatização e a disciplina que regularam a modernidade passou a reconhecer, valorizar e, sobretudo, assimilar as formas flexíveis da experiência, a força de produção de singularidades, a inventividade, a formação de teias comuns e a criação de si com o outro. Houve não apenas a formulação de uma “nova gramática mínima do elo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2013, p. 175), mas uma renovada “política do conexãoismo”. A noção de rede respalda, segundo os autores, outra representação de mundo sustentada pela intersecção entre o discurso da gestão empresarial (impulsionado nos anos 80) e o discurso das ciências sociais.

A compreensão de rede se aproxima, aqui, daquela do dispositivo deleuziano na medida em que seu modo de existência. Isto é, seu funcionamento, é observado a partir do plano de imanência. No plano imanente, as relações tecidas e observáveis não são mensuráveis nem ordenadas, mas constituídas por variações de velocidades e ritmos atravessadas por dimensões de multiplicidades. Portanto, devem ser avaliadas de acordo com critérios imanentes, segundo seu teor de possibilidade, de liberdade, de criatividade (DELEUZE, 1996). É na imanência que, segundo Deleuze, se pode observar a atuação (ou melhor, a regularidade) das curvas de visibilidade e das curvas de enunciação de um dispositivo. Seguindo a lógica de Boltanski e Chiapello (2013), este movimento de aproximação entre rede e dispositivo se explica quando a própria crítica passou a ser assimilada pelo capitalismo contemporâneo.

Assim, por exemplo, as qualidades que, nesse novo espírito, são penhores de sucesso - autonomia, espontaneidade, mobilidade, capacidade rizomática, polivalência (em oposição à especialização estrita da antiga divisão do trabalho), comunicabilidade, abertura para os outros e para as novidades, disponibilidade, criatividade, intuição visionária, sensibilidade para as diferenças, capacidade de dar atenção à vivência alheia, aceitação de múltiplas experiências, atração pelo informal e busca de contatos interpessoais - são diretamente extraídas do repertório de maio de 68 (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2013, p. 130).

Deste modo, a nova conformação política e social de um capitalismo flexível alterou a formatação dos agentes, mas não provocou profundas modificações estruturais. Seguindo esta perspectiva, o modelo representativo do sujeito-objeto, lido nas figuras do sofredor-



Breves relatos da dor comum: enunciação e visibilidade de vítimas em redes sociais

espectador, se mantém estruturalmente apesar de terem renovadas as formas de enunciação dos seus agentes e os modos de acesso às mazelas da vida ordinária; agora moduladas em rede, de modo direto e, supostamente, sem mediadores. Convoca-se diretamente cada sujeito conectado para se solidarizar com a luta pela sobrevivência do Pedrinho.

Na perspectiva moderna, o “nós” e o “outro” eram os agentes que se enredavam em uma trama baseada no esquema representativo antagônico do sujeito-objeto. A diferença atual, sublinhada por uma pesquisadora como Chouliaraki (2011; 2013), é que à declaração da falência pessoal do espectador diante da dor e sofrimento inalcançável do outro, se põe agora um jogo simultâneo de singularidades. De um lado, o agente solidário, espectador-participante, como alguém que pode mudar, mesmo pontualmente, a realidade do sofrimento legitimada por um discurso de “auto-empoderamento”, de outro, o agente vitimado, sofredor-narrador, que pressupõe uma autonomia - antes negada pelo silêncio resignado do preconceito e da discriminação e que lhe impunha a vergonha como censura moral - agora flexibilizada pela possibilidade (ou seria imperativo?) da autoprojeção.

De certo modo, mesmo que pelo mínimo gesto, as pessoas são provocadas a responder também afetivamente e, por isso, se multiplicam a cada clique. Os movimentos de enunciação, visibilidade, mas também de adesão e engajamento são facilitados, de modo mais prático e instantâneo, pelas ferramentas tecnológicas que atuam em rede e que valorizam a auto-exposição como fator que serve à atualização ou renovação de suas causas. São estas as vítimas que têm ocupado o lugar de fala e se tornado tanto triviais quanto legítimas no horizonte de visibilidade contemporâneo. É este o movimento complexo de uma cultura confessional-mediática do sofrimento e da dor comum que pretendemos explorar com mais atenção.

Referências

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

BOLTANSKI, Luc. **Distant suffering: morality, media and politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.



Angie Biondi

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

CHOULIARAKI, Lilie. **The ironic spectator**. Solidarity in the age of post-humanitarianism. Cambridge: Polity Press, 2013.

_____. Improper distance: towards a critical account of solidarity as irony. **International journal of cultural studies**, n.14 v. 4. 2011. p. 363-381.

_____. Post-humanitarianism: humanitarian communication beyond a politics of pity. **International journal of cultural studies**, 13 (2). 2010. p. 107-126.

_____. **The spectatorship of suffering**. London: Sage, 2006.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega, 1996.

JAGUARIBE, Beatriz. Realismo sujo e experiência autobiográfica. In: FATORELLI, Antonio; BRUNO, Fernanda (Orgs.). **Limiões da imagem**. Tecnologia e estética na cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

LARUELLE, François. **General theory of victims**. Cambridge: Polity Press, 2015.

RORTY, Richard. **Contingencia, ironia y solidaridad**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1991.

SARTI, Chyntia. **A vítima como figura contemporânea**. Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, jan. abril, 2011.

SEARLE, John. **Actos de fala**. Lisboa: Almeidina, 1987.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

Artigo recebido em agosto de 2015 e
aprovado em outubro de 2015.